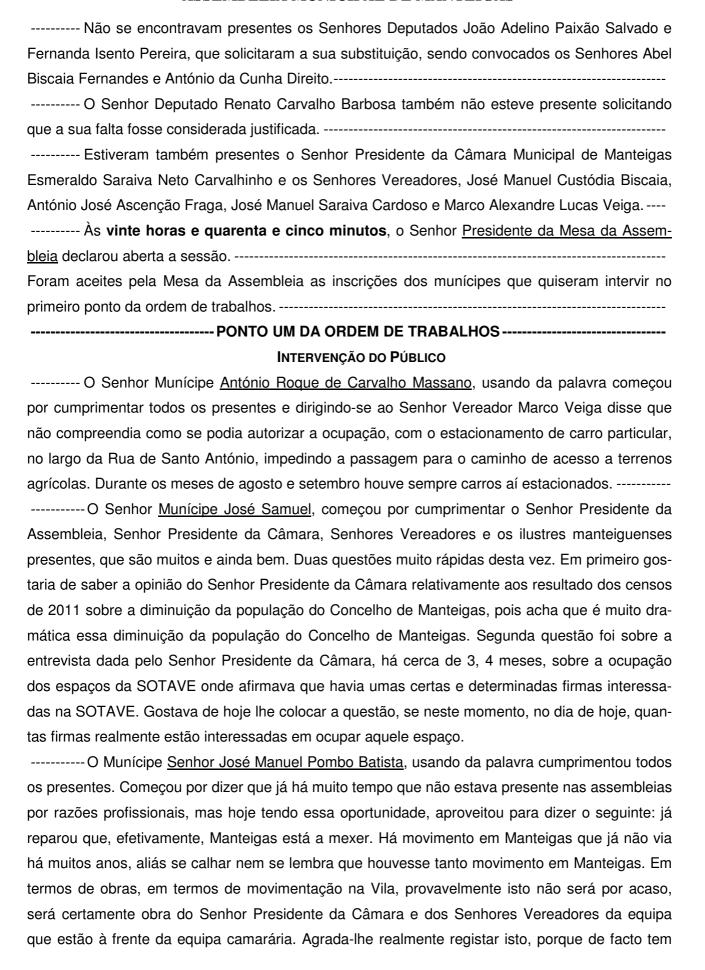


SESSAU ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS
DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2011
Ata NÚMERO ONZE
Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e onze reuniu, no Salão Nobre dos Paços
do Concelho, a Assembleia Municipal de Manteigas, convocada nos termos da Lei, sob a presi-
dência do seu Presidente, Senhor António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelos Senhor
Albino Saraiva Cardoso, como Primeiro Secretário e pela Senhora Maria do Carmo Massano
Lopes de Carvalho, convidada a substituir, o Senhor Segundo Secretário, Daniel António Quares-
ma Costa que não esteve presente e solicitou substituição, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto um: Período da Intervenção do Público.
Ponto dois: Período de Antes da Ordem do Dia.
Ponto dois um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público que não
tenham ficado esclarecidas;
Ponto dois dois: Apreciação, discussão e votação da proposta de Ata da sessão anterior;
Ponto dois três: Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclare-
cimentos pela Mesa;
Ponto dois quatro: Outras intervenções dos Senhores Deputados.
Ponto três: Período da Ordem do Dia:
Ponto três um: Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal sobre
a dedução à coleta do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Manteigas;
Ponto três dois: Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regula-
mento de atribuição de bolsa de estudo para frequência do ensino superior;
Ponto três três: Substituição de um dos representantes, eleito pela Assembleia Municipal,
para a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens);
Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.
Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.
Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor
Presidente da Mesa e Senhores Secretários, os Senhores Deputados Municipais: Manuel José
Correia Silva Carvalhinho, Maria João Esteves Negrão Ramos, Luís Miguel Cardoso Direito da
Graça, Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Alfredo Serra Carvalho Marcelo,
José Manuel Novo de Matos, João Matos Leitão, António Júlio Leitão Garcia, e também os Senho-
res Presidentes de Junta de Freguesia, Luís Pedro Matos Soares, Paulo Manuel Santos Costa,
Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque







havido muitas obras. Tem estado atento exatamente a isso, e podia enumerá-las, pois são muitas num espaço de 2 anos. Tem que efetivamente dizer realmente que Manteigas tem neste momento o Presidente e os dois Vereadores certos para dirigir esta Câmara. Destacou algumas obras que estão a ser levadas a efeito, como as energias renováveis, o centro de interpretação do vale glaciar, os açudes, o jardim do Pégo, enfim uma série de obras que, efetivamente, têm estado a ser feitas e que são realmente de louvar. Não são obras do acaso, são também da equipa camarária, como disse, mas são principalmente do Senhor Presidente da Câmara, porque efetivamente, é um homem que não dorme e tem feito muito trabalho. Afirmou que ele e muitos manteiguenses estarão certamente gratos pelas obras que estão a ser executadas. Manifestou ainda o seu agrado pelo Senhor Presidente ter mandado desligar a iluminação pública em algumas zonas onde não era necessário haver a iluminação, como o caso da Sicó, nas Regadas, em Leandres, na Regateira em Sameiro. Deixou a sugestão ao Senhor Presidente que ainda existem algumas zonas, como por exemplo em Leandres, onde se poderá desligar a iluminação a partir de uma determinada hora da noite ficando só a iluminação junto das moradias.

Manifestou a sua preocupação, como aconteceu há seis ou sete anos quando a SOTAVE fechou, em que nessa altura alertou algumas pessoas responsáveis, do que eventualmente iria acontecer e parece que ninguém responsável nessa altura teve a preocupação de tentar resolver o problema. Esta semana, constou-se que igual situação está para acontecer em relação ao encerramento dos Lanifícios Império, não sabendo se é verdade ou não, mas fala-se que poderá ir para uma situação de insolvência. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara se está informado sobre este matéria e se poderia informar se existe ou não alguma verdade sobre isto.

Para terminar quis dizer ao Sr. Presidente que, efetivamente, foi ele o homem certo que entrou nesta casa com uma coragem extraordinária. Teve a coragem de deitar abaixo algumas ruínas que já estavam para aí aos anos a estragar a paisagem da Vila. Eram realmente vergonhosas as casas que havia para aí degradadas e que efetivamente, ninguém tinha tido a coragem de mandar demolir. Em especial esta ultima situação junto à praça Luís de Camões. Quis agradecer como manteiguense ter-se resolvido esta situação, embora não esteja ainda totalmente resolvido, mas vai-se resolver porque, efetivamente, aquilo que estava ali era vergonhoso. Quis desejar a todos que trabalhem em prol em Manteigas, que remem para o mesmo lado, em direção ao progresso porque é isso que Manteigas precisa e necessita.

-----O Senhor <u>Presidente da Câmara</u>, usando da palavra começou por cumprimentar todas as pessoas presentes na sala e respondendo às questões que lhe foram colocadas começou por esclarecer o Munícipe Senhor António Massano informando-o que o assunto já é muito antigo, já vem do mandato anterior. O estacionamento junto à passagem para os terrenos agrícolas, e já uma vez lhe foi transmitido é um assunto do foro da GNR, se as viaturas estiveram mal estacionadas. Não pode a Câmara colocar uma placa de estacionamento proibido, uma vez que há espaço suficiente para haver estacionamento e também existem falta de estacionamentos. Se uma viatura



estiver a impedir a entrada de um terreno ou de uma habitação ou outro equipamento qualquer é comunicar à GNR que naturalmente atuará. Pensa que deve ser assim que se resolvem as coisas e existem os Técnicos da Câmara que avaliam as situações, e também o Executivo, tendo o próprio Vereador Marco Veiga se deslocado ao local e avaliado a situação tendo chegado à conclusão que não valia a pena colocar-se uma placa de proibição de estacionamento. Pensa que todos devem conviver com as suas atitudes não atirando pedras para o telhado dos outros. Tem que se ter cuidado com aquilo que pretendemos, com aquilo que defendemos, mas acima de tudo existe a legalidade para estas coisas, embora ainda há poucas horas o tenham acusado de não cumprir a Lei. Afirmou que a Lei e a legalidade na Câmara Municipal está acima de tudo e de todos.------Em relação às questões apresentadas pelo Munícipe Senhor José Samuel e em relação aos dados dos Censos 2011, pensa que os resultados irão ser discutidos exatamente quando saírem os resultados oficiais. Neste momento é extemporâneo estar-se a discutir ou a formalizar uma opinião sobre estes resultados. -----No que diz respeito à SOTAVE o processo está a evoluir ao nível do arrendamento, dizendo-lhe que as empresas que manifestaram a pretensão de se instalarem na SOTAVE mantêm-se. Há algum avanço, naturalmente, há uma empresa que já fez projetos para reconstrução das instalações, fez projeto de viabilidade económico - financeira, fez uma candidatura está à espera do resultado da candidatura, e há uma outra empresa que já tem em sua posse o contrato de arren-

Em relação aos assuntos expostos pelo Munícipe Senhor José Manuel Pombo, afirmou que as obras não são da equipa camarária, as obras são do Concelho e nesse sentido é que foram eleitos exatamente para trabalhar. Em relação aos parabéns e à forma como realçou algumas obras, elas são alguma evidência do trabalho que se está a fazer, ainda bem, porque às vezes trabalhase e não há evidência do trabalho que se faz, mas ainda bem que o Munícipe vê alguma evidência naquilo que se está a fazer.

damento, para estudo para que de facto decidir se finalmente faz o contrato de arrendamento com a Câmara ou não, as outras mantêm-se exatamente na mesma com a intenção de se alojarem na

SOTAVE.

Falou aqui em particular na questão da iluminação, e de facto, foi um trabalho que foi feito sem se dar conhecimento público, e não se deu conhecimento público por alguma razão especifica, porque se sabia que quando se trata de eliminar pontos de luz há sempre alguém que fica contrariado, e foram eliminadas luminárias exatamente onde elas não eram necessárias. Sabe-se que por vezes há quem não consiga resistir, em determinadas épocas, quem não consiga resistir a mais uma ampliação de rede elétrica, porque está próximo de atos eleitorais, porque à conta da ampliação da rede de iluminação pública poderá haver a possibilidade de ligar mais uma bomba a um poço ou mais um barracão de uma quinta. Está-se a reduzir significativamente a fatura de luz ao fim do mês e já há neste momento resultados práticos, já se sabe que a fatura reduziu em relação a 2 meses, os dois últimos meses de contagem em relação ao mesmo período do ano passado



reduziu em 14.000 euros. O trabalho está feito, não está concluído ainda, porventura haverá uns pontos de luz que terão de ser eliminados, e por ventura haverá algum ponto de luz que se retirou e que terá de ser colocado outra vez, não é um projeto estático é um projeto dinâmico. Informou ainda que não foi só a eliminação dos pontos de luz que foi mexida, também no relógio astronómico foi alterado pois as luzes desligam mais cedo e há noite acendem um pouco mais tarde.Perguntou o Munícipe se não haveria a possibilidade de reduzir em Leandres a iluminação pública. Pretendia-se que a iluminação pública ligasse e desligasse com a aproximação dos peões, com a aproximação das viaturas, queria-se que efetivamente fosse assim mas, estes mecanismos estão indisponíveis na EDP, se bem que há células fotoelétricas que funcionam nas habitações, em pequenos equipamentos industriais e comerciais, mas na rua não funciona porque a iluminação funciona por circuito, portanto ou desliga o circuito todo ou liga o circuito todo. Estáse a estudar novas possibilidades de redução de energia e não está fora de hipótese, de a Câmara Municipal adotar o sistema que já foi adotado por exemplo num Concelho alentejano, a aplicação dos LEDS que reduz significativamente o custo de iluminação e melhora, inclusivamente a iluminação pública, nos espaços públicos. Foi colocada a possibilidade através da ENERÁRIA que é a empresa para a energia que está a acompanhar a Câmara de Manteigas e se se tiver os resultados que se espera pode-se encarar a possibilidade de optar por um processo deste tipo.

Colocou a questão sobre a SOTAVE mas já não adianta, não vale a pena lamentar o que aconteceu e portanto a SOTAVE é para ser olhada como um edifício, aliás um conjunto de edifícios que são da Câmara, e onde se terá de facto de albergar alguns projetos, há intenções de albergar empresas como já foi dito e está também em curso um projeto da Câmara Municipal no sentido de requalificar toda a área administrativa para ali se colocar um ninho de empresas em conjugação com a UBI e o IPG. Sabe-se que há empresas que hoje funcionam, em qualquer lado do mundo, em qualquer parte com os novos meios de comunicação é possível colocar uma empresa em Manteigas, cujo mercado se situe, por exemplo, no Algarve ou se situe até no estrangeiro. Pretende-se de facto que com a UBI e com o IPG analisar todas as possibilidades de aqui se instalarem empresas formadas por jovens alunos, por jovens formados quer da Universidade quer do IPG que tenham algum sentido de empreendedorismo e que com esta oferta de instalações, naturalmente a um preço simbólico e com o pagamento dos consumíveis e telecomunicações vejam uma porta aberta para aqui instalarem as suas empresas. É um processo que já se iniciou, já está em curso, já se está neste momento a fazer a limpeza do edifício para se entrar, efetivamente, na sua recuperação, numa primeira fase e logo a seguir a instalação de equipamento. Depois vem a preocupação do Império. Todos os presentes nesta sala estarão preocupados, por aquilo que já se comenta. Neste momento, já não se sabe qual será o futuro da empresa, sabe-se que os funcionários estão de férias, apenas lhes disseram que eles iam de férias. É verdade que é uma empresa privada e os acionistas também podem dizer que o Presidente da Câmara não tem que saber de nada, mas já soube porque o acionista maioritário no passado mês de março deste ano, dirigiu-se



à Câmara para falar com o Presidente para dizer que estava cansado de injetar capital na Império para a manter de pé e que a decisão era de encerrar a empresa no final do mês pedindo segredo sobre essa matéria.

Disse que se recusou a ficar com esse sigilo, e que depois de algum protesto conseguiu que o acionista maioritário lhe desse liberdade, deixava de ser sigiloso, para procurar soluções e foi essa a sua tarefa durante um mês procurando soluções. Havia duas soluções em cima da mesa, uma mais viável e outra menos viável. No dia 16 de abril, houve mais uma reunião entre o acionista maioritário, o Senhor Presidente da Câmara e o representante de quem estava interessado em ficar com a Império, que trouxe uma proposta concreta e que o Senhor acionista maioritário ficou de analisar nos 3 dias seguintes. Na altura perante a conversa que eles tiveram pareceu que o Presidente da Câmara já não faria nada no processo, pedindo inclusivamente, que havia questões sigilosas em termos de negociação e que se calhar o Presidente da Câmara não tinha que saber. O que pediu é que fosse informado depois de qual seria o resultado, havendo por parte do Senhor Arquiteto João Adelino a insistência para que o Presidente da Câmara se mantivesse no processo. Foi-lhe dito que dentro dos próximos 3 dias, lhe seria transmitido o que os acionista tinham deliberado mas já passaram 3 meses, já passou muito tempo e nunca mais se soube do processo. Portanto não pode dizer absolutamente mais nada. Será de facto mais um problema grave para Manteigas se a Império fechar. Repetiu que o que sabe neste momento é que os trabalhadores estão de férias, não há nenhuma declaração expressa, pelo menos assim foi transmitido pelo representante dos trabalhadores, que não há nenhuma declaração expressa da entidade patronal de que a fábrica vai encerrar, embora haja alguns comentários, algumas especulações. Portanto não se importa nada de voltar a reatar negociações com quem estiver interessado, embora perceba que é um pouco difícil neste momento, porque quando se começa a falar no encerramento de uma fábrica, na falência de uma fábrica, quando se começa a falar desprestigia-se naturalmente a fábrica, desprestigia-se a marca, desprestigia-se o produto e não sabe se de facto alguém estará interessado em ficar com a Império.

Por último falou das demolições e é verdade que foi feito um levantamento de todas as casas que ofereciam perigo eminente de ruína, sendo essa a responsabilidade da Câmara Municipal. Desenvolveu-se um processo e criou-se um programa de demolições, embora estes processos são muito morosos é necessário identificar os proprietários, é necessário notificar os proprietários que muitas vezes não respondem à primeira notificação, e muitas vezes não respondem a nenhuma notificação; depois é preciso nomear equipas arbitrais para avaliação se porventura faltar algum dos comproprietários, há negociação, portanto são processos bastante complicados e só depois naturalmente se pode recorrer ao Tribunal para requerer a posse administrativa. Mas a Lei tem mecanismos quase de intervenção imediata quando a ruína é mais eminente ainda. Levantamento feito, programa desenvolvido, notificações feitas, entra-se na fase de começar a fazer demolições. Entende-se que não se podia estar a fazer demolições em edifícios privados, sem primeiro olhar

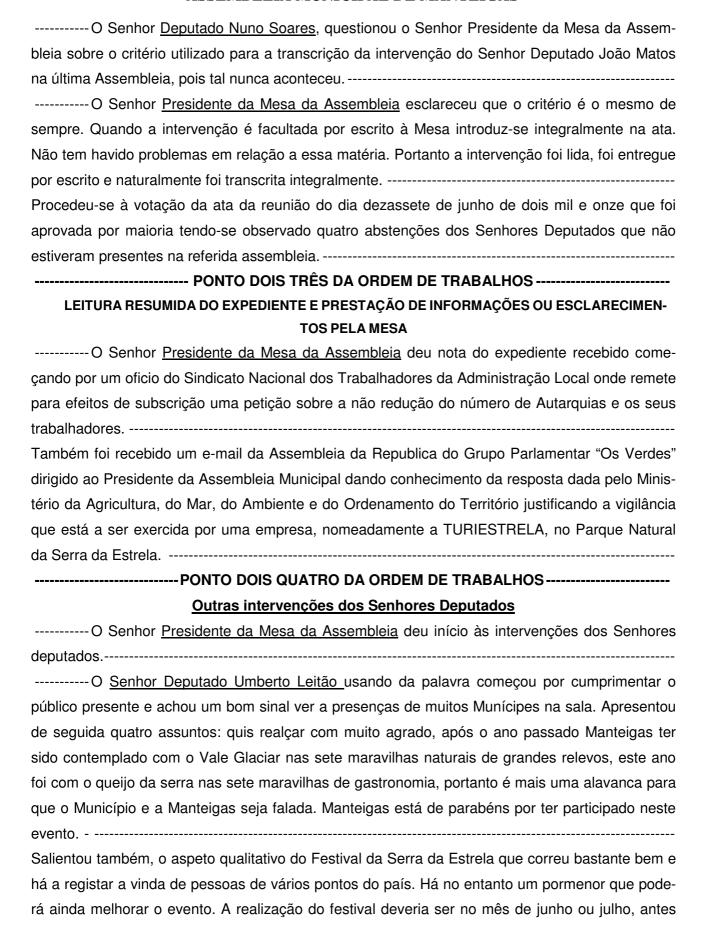


para o património da Câmara. É verdade que o edifício junto ao Quintal do Ferrão, Largo da Liberdade necessitava de ser demolido, mas o que foi realizado foi o continuar o processo que até já vinha do anterior Executivo. Um dos fundamentos para a aquisição daquele espaço era a ruína eminente, era o estado adiantado de degradação, é verdade que há uma finalidade para aquele espaço, mas a primeira coisa a fazer era demoli-lo e nestes dois últimos anos a situação agravouse. Os edifícios não estavam negociados, e foram negociados, foi efetuado inclusivamente, registos e as expropriações chegaram ao fim. Neste momento apenas e só se espera que os CTT digam como é que vão autorizar o pagamento, ou melhor, se aceitam ou não um plano de pagamentos proposto, porque o valor está fixado, a expropriação está feita, há naturalmente uma verba a pagar e foi pedido que pagamento fosse fracionado por 10 anos. Em termos legais nada foi descurado e portanto está-se na fase de demolição sendo certo que ninguém quebrou o protocolo que foi celebrado com a Banda Boa União. -----O Senhor Deputado Alfredo Marcelo usando da palavra quis informar todos os presentes que a empresa Lanifícios Império, em março avisou os trabalhadores que a fábrica ia fechar. Na semana passada foi transmitido que era para terminar, portanto até ao fim de setembro foi garantido o salário, embora haja salários em atraso como o subsídio. Portanto é definitivo o encerramento. Quanto ao ninho de empresas foi com agrado que viu que as obras já começaram e de facto aquilo fica um espaço muito bem apetrechado dando os parabéns ao projeto da Câmara Municipal. ------PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ------PONTO DOIS UM DA ORDEM DE TRABALHOS ------PONTO DOIS UM DA ORDEM DE TRABALHOS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO QUE NÃO TENHAM FICADO **ESCLARECIDAS** ----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia tendo verificado que não havia questões pendentes deu encerrado este ponto. --------- PONTO DOIS DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS------APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. ----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por aberta a discussão da ata, afirmando que a mesma chegou atempadamente aos Senhores Deputados e só o Senhor Deputado Paulo Costa é que fez uma correção na sua intervenção dizendo: "que na zona do mercado municipal está instalado já há alguns anos um equipamento desportivo, concretamente, para acrobacia e perícia de bicicletas de todo o terreno de BTT, mas este equipamento não é usado porque está instalado em cima de gravilha, o mesmo equipamento deveria estar assente num piso de cimento

ou de alcatrão para se poder usar e se Manteigas se quer afirmar como a capital do BTT há que

considerar este espaço."







dos outros festivais, porque em final de agosto o bom tempo já é muito duvidoso e foi o que aconteceu este ano.

Solicitou ainda, e na sequência da demolição da antiga ETAR, ao Senhor Presidente da Câmara que informasse em que fase estava o projeto para a Várzea.

Deu nota que estando em Seia num determinado período, duas pessoas se dirigiram a perguntarem qual a estrada para Manteigas, pois realmente é surpreendente que aqui em Manteigas em todo o sitio há placas a indicar Seia e em Seia não há uma placa a indicar Manteigas.

Para terminar, deixou a sugestão de, como se fez aqui há uns anos atrás, de vez em quando a Assembleia Municipal, pudesse visitar as obras que estão a ser levadas a efeito, disponibilizando a Câmara Municipal o autocarro, bem como um Técnico da Câmara e o acompanhamento pelo Senhor Presidente e Vereadores.

------ O Senhor <u>Presidente da Mesa da Assembleia</u> achou bem a sugestão do Senhor Deputado Umberto Leitão e ao mesmo tempo sugeriu que a visita fosse em abril, fazendo-se a visita de
tarde e depois à noite a Assembleia Municipal. Aproveitou para comunicar à Assembleia que o
funcionário que redige as atas da Assembleia e presta todo o apoio logístico, Senhor Martiniano
Martins Batista, foi submetido a uma intervenção cirúrgica ao coração. Propôs um voto de rápidas
melhoras e o regresso breve e recuperado ao trabalho. Não havendo objeções foi a proposta
aprovada por unanimidade.

Referiu-se ainda à demolição que foi feita no Largo da Liberdade no Centro Histórico da Vila, de que o Senhor Presidente da Câmara já deu os pormenores e os detalhes. Achou que foram criadas as condições com a demolição efetuada e preservado que foi aquele balcão, de se dinamizar e se requalificar aquele Largo da Liberdade, tornando aquele espaço num verdadeiro Rossio, que já o foi, e onde esteve inclusivamente o Pelourinho. Claro que se mantém naturalmente o protocolo que existe com a Banda Boa União, mas é de facto importante que saia dali um projeto arrojado, um projeto que tenha garra e que consiga capitalizar para o Centro Histórico a dinâmica necessária para o revitalizar. Ficou portanto agradado pelo facto de se ter conseguido desde já demolir aquela ruína.

------ O Senhor <u>Deputado Paulo Costa</u> relativamente ao Centro Histórico deixou quatro notas para que o mesmo fosse melhorado. Todos podem verificar o mau estado do piso que foi colocado, dando um aspeto de abandono; os degraus em frente à Junta de Freguesia causam algum incomodo ao trânsito; os fios soltos que ainda existem nessa Rua e a falta de árvores em dois espaços onde já estiveram plantadas.

------ A Senhora <u>Deputada Maria João</u> cumprimentando todos os presentes, manifestou com agrado e dando os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela evento realizado do Festival da Serra da Estrela, que colocou o nome da Manteigas para além do Concelho. O outdoor colocado na A23 deveria na sua opinião estar mais um pouco à frente, não tirando o mérito do mesmo na sua divulgação. Mas, em relação ao Festival Serra da Estrela, solicitou ao Senhor Presidente,



embora possa ser ainda cedo, se já existem resultados em termos de resultados. E também gostaria de saber quais os moldes de parceria e que tipo de intervenção tem a Firma Orgânica na realização do festival.

-------A Senhora <u>Deputada Maria do Carmo</u> solicitando a palavra e referindo que embora saiba que estamos numa fase de contenção de despesas, deixou um pedido ao Senhor Presidente da Câmara: que fosse substituído o pavimento de mosaicos avermelhados do passeio que vai da Igreja de Santa Maria ao fundo da Rua de São Marcos, pois os passeios em Manteigas são em cubos de granito e só nesse local é que foram colocados mosaicos de cimento. Este material é usado em muitas zonas industriais, como em Castelo Branco, onde reside.

-----O Senhor Presidente da Câmara em relação ao que foi apresentado pelos Senhores Deputados, esclareceu que Manteigas esteve desde o inicio com as outras Autarquias no processo do Queijo da Serra, onde se esteve logo no inicio na atividade realizada na Torre no programa da televisão, onde foi afirmado que o programa estava a decorrer no Concelho de Manteigas. É pena é que o queijo da serra, a sua produção já não esteja tão intensificada no Concelho de Manteigas como nos outros Concelhos, pois embora haja muitos problemas burocráticos, mas a Câmara Municipal está disposta a cooperar. A Câmara Municipal está no PROSE – Programa de Recuperação de Origem da Serra da Estrela e quer que Manteigas comece a ter mais produção de queijo, assim os pastores concordem "em alinhar com a Câmara Municipal". Em relação ao Festival Serra da Estrela e como foram dois dos Senhores Deputados a colocarem algumas questões, referiu que a sugestão da data é muito discutível, pois já há quem sugere que o festival seja realizado no inverno porque o Concelho de Manteigas tem mais frio e neve e pode ser o festival diferenciador dos outros festivais; é verdade que muitas vezes as coisas não se fazem, não se enquadram nos calendários, não é porque não se queira, mas é porque dentro do contexto nacional há de facto algumas objeções e também houve algumas objeções à procura de financiamento; tinha-se um projeto aprovado pelo Turismo de Portugal, tinha-se o financiamento aprovado e de um momento para o outro viu-se o financiamento chumbado. Mas quem trabalha vê resultados, e foi de imediato direcionada a candidatura para outros programas e houve então financiamento. Em termos de financiamento estão garantidos 80% neste momento das despesas globais que ficaram em cerca de 250 mil euros. Houve na ordem dos 8 mil participantes, pelo menos assim foi dito pela organização; há contas que ainda estão a fazer-se em termos de receitas. Há um resultado final em termos quantitativos que há de ser apresentado em primeira mão à Câmara, como já foi dito na ultima reunião. O Festival serviu, de facto, para publicitar o Concelho de Manteigas, e está exatamente enquadrado na estratégia que foi definida para o Concelho. Manteigas já tem outra atratividade turística, vem muita gente a Manteigas. O futuro tem de ser a promoção do nosso maior potencial que são as condições naturais do nosso território e por isso se desenvolve ao longo do ano um conjunto de atividades que têm trazido muita gente, porque à Câmara compete criar condições, compete criar atratividade, criar condições para que os operadores económicos pos-



sam desenvolver a sua atividade. Promovendo o território com atividades de desporto de natureza, de desporto aventura, de um conjunto de atividades atrativas.

Em relação à Várzea vai ser intervencionada, vai ser requalificada. É verdade que já há trabalhos que foram executados, os trabalhos de demolição que dão inclusivamente despesa para a qual não há suporte ainda em termos de financiamento, a não ser através de uma candidatura que vai ser aprovada dentro de dias. Mas quer-se requalificar aquele espaço para se promover a pesca desportiva, para que os manteiguenses se sintam bem e para que quem vem de fora se sinta bem também naquele espaço, em conjugação com o Jardim do Pego e para isso estão também a contribuir os 3 açudes, o açude do Corridinho, o açude do Pégo e o açude dos Moinhos.

Quanto às placas a sinalizar Manteigas que não estão instaladas em Seia, já por diversas vezes se solicitou junto do Presidente da Câmara de Seia e junto do Presidente da Junta do Sabugueiro, até porque cada vez que se coloca uma placa nova no Sabugueiro ela é destruída, é derrubada, é pintada. Há coisas que não se conseguem por muitos apelos que se faça porque não são ultrapassadas.

Ao nível dos contactos com as Estradas de Portugal, tem-se solicitado constantemente para regularizar esta situação, mas nem eles são capazes de o conseguir.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Paulo Costa sobre Centro Histórico, referiu que custa muito ver o Centro Histórico degradado, mas não é correto que depois de uma obra que se fez ali há pouco tempo, levantar-se todo aquele pavimento e fazer-se outro. É verdade que a Câmara Municipal já tentou a garantia junto do empreiteiro e o empreiteiro o que disse foi: "meus caros senhores não há garantia para ninguém, quem escolheu este tipo de pavimento foi a Câmara, e o erro não é de assentamento, o defeito não é da aplicação, o defeito é do material". Portanto o que a Câmara terá que fazer é mandar substituir tudo. Quanto aos fios soltos, já foi oficiada a Portugal Telecom e foi garantido que os fios vão ser enterrados. Sobre o espaço para as árvores, houve alguns arbustos que foram lá plantados, mas têm sido muito maltratados, mas irão ser plantadas algumas árvores.

Quanto à questão do outdoor e vendo as considerações que foram feitas pela Senhor Deputada Maria João, esclareceu que aquele outdoor é do Turismo Serra da Estrela e foi cedido à Câmara para colocar o anuncio da atividade Festival Serra da Estrela e também irá servir para anunciar a realização da ExpoEstrela.

Sobre a parceria com a Orgânica, a orgânica é a detentora da marca "Festival Serra da Estrela" ninguém pode utilizá-la sem autorização da Orgânica. A Câmara não pagou nada à Orgânica pela criação da marca, a única coisa que deixou fazer foi por lá dentro do recinto a barraquinha com a venda da cerveja e não houve mais participação financeira, foi a única participação, a única vantagem, se é assim que se pode chamar, à Orgânica pela cedência da marca "Festival Serra da Estrela".



Quanto ao pedido formulado pela Senhora Deputada Maria do Carmo em relação ao pavimento na Rua de São Marcos, aplica-se exatamente o que já foi dito em relação ao pavimento do Centro Histórico. Foi uma má opção, embora não estando degradado, mas podia ter havido outra opção, mas não há intenção de se mandar substituir, porque se está em tempo de cortes e de redução de custos.

ORDEM DO DIA

PONTO TRÊS UM - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA
MUNICIPAL SOBRE A DEDUÇÃO À COLETA DO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL EM
Manteigas
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que estava em discussão a pro-
posta apresentada e questionou quem pretendia usar da palavra
O Senhor Deputado Novo de Matos perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual c
momento da sua aplicabilidade em termos práticos, em que ano é que vai reproduzir efeitos
O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a sua aplicabilidade é só no ano de
2013, relativo ao IRS de 2012
O Senhor Deputado Nuno Soares também no seguimento da questão levantada pelo
Senhor Deputado Novo de Matos e uma vez que a deliberação não diz qual é o exercício em que
é aplicável, não estará em condições de ser aprovada, no entanto quis dar os parabéns à Câmara
Municipal por voltar a uma prática que era usual, de abdicar dos 5% a favor dos Munícipes, ser-
vindo para que de alguma forma combater um pouco a interioridade. Lamenta que no ano passado
não tenha surgido uma proposta idêntica e este ano a dedução se tenha perdido. Pensa que esta
proposta necessita de ser corrigida porque falta indicar qual o exercício a que se aplica
O Senhor <u>Presidente da Câmara</u> em resposta ao Senhor Deputado Nuno Soares, usando
da palavra esclareceu que embora o Senhor Deputado esteja ligado ao sistema Tributário, a
Câmara não tem assim tanta certeza e já estabeleceu contacto com a Direção Geral de Impostos
uma vez que no ano passado não foi trazido o processo para deliberação até 31 de dezembro
porque houve um esquecimento, mas assume essa responsabilidade porque é o Presidente da
Câmara, e já foi recebida uma comunicação por parte da Direção Geral que informa que Mantei-
gas estava contemplada com a isenção, mas no mapa não está inscrita e já foram enviados mais
dois ofícios solicitando esclarecimentos
Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi colocada à votação a proposta tendo
sido aprovada por maioria, com 3 abstenções
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos
PONTO TRÊS DOIS – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE
ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO PARA FREQUÊNCIA DO
ENSINO SUPERIOR



Senhor Presidente da Câmara sobre as alterações que foram introduzidas
O Senhor Vice-Presidente da Câmara, a quem o Senhor Presidente da Câmara pediu
que prestasse tal esclarecimento, usando da palavra esclareceu que as alterações decorreram da
implementação do processo de Bolonha, do tempo que decorre a Licenciatura, da mudança de
cursos, do apoio ao Mestrado, etc, que determinaram a atualização do regulamento para haver
uma maior objetividade
O Senhor Deputado Novo de Matos questionou se ainda era possível fazer-se altera-
ções ao regulamento
O Senhor Presidente da Mesa Assembleia informou o Senhor Deputado que só a
Câmara Municipal é que pode alterar o mesmo, pois nesta fase a Assembleia Municipal só tem
que se pronunciar sobre a aprovação ou não
O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho pediu, se havia possibilidade de em futuras
alterações a regulamentos, fosse enviado um e-mail a cada um dos Deputados, embora a Câmara
não seja obrigada a faze-lo, alertando para a entrada da discussão pública, o que chamaria a uma
maior participação dos Deputados
O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de alteração que foi apro-
vada por unanimidade
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos
PONTO TRÊS TRÊS – SUBSTITUIÇÃO DE UM REPRESENTANTE, ELEITO PELA ASSEM-
BLEIA MUNICIPAL, PARA A CPCJ (COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS)
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que foi recebida uma carta da
Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que foi recebida uma carta da Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição
Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, informando que um dos membros da Comissão, o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, já há mais de seis meses consecutivos não comparecia às reuniões pelo que de acordo com o regulamento deveria ser substituído. Embora o período desta Comissão termine já no final deste ano, uma vez que se tem de cumprir o regulamento está aberta a discussão para se proceder à substituição



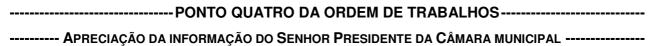
funcionais, nomeadamente da parte da Segurança Social, as reuniões apenas se poderiam realizar nas quintas-feiras de manhã, o Doutor Lameiras na altura informou que às quintas-feiras de manhã, devido aos compromissos profissionais que tinha, lhe era impossível comparecer às reuniões. A Comissão achou que poderia funcionar, embora sem a presença do Professor Paulo Lameiras. Passou um novo ano e o Professor Paulo Lameiras terá dito que o mandato estaria a acabar que não iria pedir a substituição, uma vez que na Assembleia de dezembro terá que se eleger um novo representante.

------O Senhor <u>Presidente da Mesa da Assembleia</u> referiu que lhe parece que pode haver novamente consenso pois já deu entrada na Mesa uma proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista, apontando a Diretora do Colégio Nossa Senhora de Fátima para substituir o Doutor Paulo Lameiras, pelo que se eventualmente os restantes Grupos a quiserem subscrever estará alcançado o consenso. Já foi contactada a Senhora Diretora, a Doutora Elisabete Costa, que aceitou integrar. Não havendo mais ninguém para usar da palavra vamos votar esta proposta que chegou à mesa, subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, e que propõe para a substituição do representante eleito pela Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Senhora Diretora do Externato, Senhora Doutora Elisabete Costa.

------O Senhor <u>Deputado Alfredo Marcelo</u> usando da palavra disse que não levantou nenhuma questão pessoal mas sim numa questão política, porque a nível pessoal até não tem nada a dizer, pois antes tem uma maior estima pelo Professor Paulo Lameiras. Nunca pediu a sua substituição, embora tenha alertado várias vezes nas reuniões, e ao fim de algum tempo, que até ficava mal aos Membros da Assembleia, presentes na Comissão, não cumprirem.

-----O Senhor <u>Presidente da Mesa da Assembleia</u> depois de mandar distribuir os boletins de voto mandou proceder por escrutínio secreto à votação. Feita a contagem dos votos, foi obtido o seguinte resultado: treze votos a favor, dois votos contra e três abstenções, pelo que foi eleita para substituir na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Manteigas o Doutor João Paulo Lameiras de Carvalho, a Senhora Doutora Elisabete Costa.

Esta proposta foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.





O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por iniciado este ponto na ordem de
trabalhos aceitando inscrições para intervir
O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho reparou no novo processo judicial intentado
contra o Senhor Sérgio António da Fonseca Ascensão, para cobrança de dívida. Considerou que a
Câmara podia colocar na informação o que deu origem à ação, para as pessoas também ficarem a
saber o que é que realmente está em discussão. Em relação à divida por entidade credora, reafir-
mou a posição do Deputado Nuno Soares na última sessão que deveria constar também da rela-
ção a data de origem e a data de compromisso das dívidas.
O Senhor Deputado Paulo Costa questionou o Senhor Presidente sobre o ponto das
obras relativamente à pavimentação na Rua de S. Fernando, que tipo de pavimentação irá por
nessa rua.
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia também colocou um pedido de esclareci-
mento sobre a data de aprovação da candidatura ao Turismo dois mil e onze/ dois mil e quinze do
Festival Serra da Estrela.
O Senhor <u>Presidente da Câmara</u> começando por esclarecer as questões que foram
apresentadas referiu que quanto às dívidas de facto ficou acordado a colocação das datas, mas
no final irá mandar entregar uma informação mais detalhada ao Senhor Deputado Manuel Carva-
lhinho sobre algumas datas das dívidas.
Quanto à ação intentada contra o Munícipe Sérgio António da Fonseca Ascensão diz respeito ao
não pagamento de vários meses de renda na habitação social que é do Município de que era
inquilino. Embora a habitação já tenha sido entregue, ficou a dívida por parte do Munícipe.
Em relação ao pavimento da Rua de São Fernando esta será pavimentada com pedra irregular
igual há existente.
Quanto à candidatura para o Festival Serra da Estrela, através do Turismo Serra da Estrela e da
sua cota até dois mil e quinze, foi aprovada, só que depois acabou por ficar sem financiamento.
O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho solicitou ainda a palavra para perguntar ao
Senhor Presidente que relativamente à pista de pesca desportiva reparou que o açude está feito, o
jardim está ser ultimado, mas aquilo termina numa grade de ferro. Não era suposto colocar antes
uns degraus, bem grandes, para que pudessem os pescadores aproximarem-se mais e não esta-
rem a pescar com uma grade à frente?
O Senhor <u>Presidente da Câmara</u> respondeu que poderia ser uma opção de projeto, mas
aquele parque e aquele jardim não é apenas para os pescadores. Pretende-se que sirva a popula-
ção em geral, e não seria muito correto colocarem-se degraus com crianças a visitar aquele espa-
ço, com pessoas menos avisadas. A grade será de facto o que quebra ali a possibilidade de cair
ao rio. Pode não ser a melhor solução para a pesca, mas é uma solução intermédia, porque ali
não vão só os pescadores mas também crianças.
DONTO CINCO DA ODDEM DE TRABALHOS



APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início a este ponto solicitando aos
Senhores deputados que se inscrevessem para intervir
A Senhora Deputada Maria João usando da palavra começou por formular uma sugestão.
Relativamente à apresentação dos dados preliminares dos censos, seria oportuno, tanto dos pre-
liminares como dos finais, haver uma apresentação por parte do responsável dos censos, no Con-
celho, para que todos ficassem esclarecidos.

Referiu-se ao Conselho Municipal da Juventude, que com mais três meses decorridos e ainda não há novidades. Admitiu que irá sair legislação para breve, desta vez. Verificou que a Câmara Municipal de Manteigas não faz parte da Associação Europeia dos Eleitos de Montanha pelo que sugeriu a adesão do município a tal Associação. Há vários Concelhos no País que fazem parte desta Associação que permite também aprovar candidaturas e a vinda de fundos. Salientou que todas as vindas de fundos para Manteigas, que possam ser direcionadas para o turismo são bemvindas.

Relativamente ao aumento dos dias dos pagamentos aos fornecedores, que passaram de quarenta e quatro para oitenta e sete dias, não pode deixar de lamentar o sucedido, esperando uma resposta breve sobre este assunto.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara levantou a questão sobre o museu de Manteigas. Sendo representante da JSD, há questões e contributos que vêm da JSD e por isso gostaria de lhes levar uma resposta clara relativamente a cada uma destas questões. E a questão relativamente ao museu é, havia uma certa divergência de opinião e gostaria de saber em que ponto estão as divergências e se efetivamente se irá haver museu que será do agrado de todos com certeza. O Governo já legislou sobre os museus e não se pode perder a oportunidade, visto que se está a apostar na cultura que tem sido esquecida, claramente, nos últimos anos. Obviamente que gostaria de saber em que ponto é que está a discussão entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia acerca dos trâmites do museu.

------ O Senhor <u>Deputado Nuno Soares</u> usando da palavra dirigiu-se ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, lembrou que na sessão de abril propôs que uma vez que se começava a falar da nova reforma administrativa que fosse feito um debate que envolvesse não só a Assembleia e o Executivo, mas também as Juntas de Freguesia, as Assembleias de Freguesia e Associações representativas locais. Não sabendo se o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia não achou oportuno a marcação na altura, mas com os desenvolvimentos que tem havido recentemente nesta matéria é cada vez mais premente que se debata e se pense sobre o futuro que se pretende para o Concelho de Manteigas em termos administrativos. Portanto para o Senhor Presidente da Assembleia fica uma vez mais o apelo sobre esta matéria.



Relativamente ao Senhor Presidente da Câmara apresentou uma quantidade de questões que gostaria que lhe fossem respondidas na medida do possível, sabendo no momento, que a algumas delas não o irá fazer, porque não terá certamente os dados que lhe irá pedir. Na próxima Assembleia de dezembro, que já será na segunda parte do mandato, gostaria de fazer um balanço e para isto precisa de alguns dados. Começou dizendo que numa breve leitura que fez, parece-lhe haver uma clara dissonância entre o que está no Relatório da Auditoria e aquilo que o Senhor Presidente tem dito, tanto aqui nas Assembleias, como em termos de entrevistas à comunicação social da região. A ideia que tem sido transmitida é que teria havido problemas com os registos contabilísticos, nomeadamente, atrasos nos registos de faturas ou inexistência de faturas, mas como se costuma dizer, "a bota não bate com a perdigota", porque a Senhora ROC diz aqui no ponto seis a), que os documentos cumprem os princípios contabilísticos estabelecidos pelo POCAL. Um dos princípios contabilísticos aplicado ao POCAL é a veracidade material e formal dos atos. Portanto o Senhor Presidente, vai ter que esclarecer isso com a Senhora Drª. da ROC porque um dos dois não está a dizer aquilo que devia dizer.

Passando para o inicio da lista de questões, começou por perguntar: qual é o impacto económico-financeiro da realização das provas de BTT levadas a cabo pela Câmara Municipal no ano dois mil e onze? Qual é o impacto económico-financeiro para o Município com a aquisição das instalações da antiga SOTAVE até ao momento? Qual é o impacto económico/financeiro da realização do Festival Serra da Estrela no Município de Manteigas? Qual é o tipo de envolvência que a Câmara tem na realização do festival; que tipo de contrato que foram firmados; com que Entidades, quais os montantes envolvidos e qual a magnitude financeira da participação Municipal no evento? Qual o impacto económico-financeiro da realização do encontro do parapente para o Município? No festival Serra da Estrela, foi conhecimento público, que houve vários problemas com a utilização indevida de terrenos particulares, que confinam com os terrenos da Câmara e já tinha chamado a atenção para a falta de marcação que tinham os terrenos da Câmara, na Relva da Reboleira, e na altura não estava a pensar sequer, que fosse feito lá o festival. Por um lado entrou-se naquilo que não é da Câmara e do outro lado, se calhar, a Câmara já não tem tudo o que lá tinha. Mais uma vez apelou a que, com urgência, seja delimitado com clareza a propriedade, porque a propriedade é do Município.

Perguntou ainda ao Senhor Presidente da Câmara qual é o ponto de situação na revisão de PDM? Qual é o ponto de situação do protocolo, do possível protocolo, com o INATEL para a construção da pista de gelo, piscina de água quente? Qual o ponto de situação da mini-hídrica da Fábrica do Rio? Qual é o ponto de situação da instalação que se pretende fazer na SOTAVE? Qual é ponto de situação dos projetos do funicular e do projeto das Penhas Douradas? Qual é o ponto de situação da utilização da água da fonte Paulo Martins pela Firma "Da Nascente"?

Perguntou quem projetou e de que data é o projeto que está a ser levado a cabo na envolvente do Bairro do Outeiro? Qual é o ponto de situação da construção, ou da possível construção, de um



Hotel, na altura a Turiestrela que adquiriu um terreno à Câmara Municipal junto ao Viveiro das Trutas, já lá vão para aí uns 15 anos e nunca nada disso saiu do papel e se bem se lembra havia uma cláusula de reversão a favor do Município. Pensa que estará mais do que na altura de ser aplicada. Também foi notícia, na comunicação social, que haveria desenvolvimentos sobre a construção, da chamada Estrada Verde, qual é o ponto da situação? Qual é a articulação prevista com a rede existente, nomeadamente com a EN 232 e EN 338. E sobre esta última EN 338, qual é o ponto da situação da intervenção que estava prevista e que o Senhor ex-Secretário Estado das Obras Públicas prometeu e mais uma vez a todos enganou.

Ainda sobre a situação do imóvel que a Câmara está a reconstruir, ou a remodelar, junto ao Viveiro das Trutas, tanto quanto se lembra, aquele imóvel não era pertença da Câmara, terá sido cedido à Câmara para alargamento da estrada EN 338. Questionou se houve entretanto alteração da propriedade, se de facto ele é da Câmara e se a entidade cedente não levantou problemas a propósito da titularidade do imóvel?

Sobre uma questão que está pendente desde o início do mandato, o Ministério da Saúde, questionou, ou pelo menos, deu-lhe conhecimento que questionou a Câmara, sobre a acumulação de funções do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. António Fraga, questão que levantou já vai para dois anos, no inicio do mandato. Gostaria de saber se a Câmara respondeu ao pedido feito pelo Ministério da Saúde e quais foram os argumentos utilizados, no caso de ter havido resposta.

-------O Senhor <u>Presidente da Mesa da Assembleia</u>, em relação à questão do possível debate sobre a reforma administrativa informou que, por iniciativa pessoal começou por escrever no jornal da terra uma pequena crónica sobre a questão que havia sido levantada e depois prevista no acordo com a Troika, na expectativa que pudesse haver alguma discussão à volta dela. Como ninguém terá manifestado qualquer interesse no debate de tal matéria concluiu que não haveria grande interesse em discuti-la aberta e claramente. O assunto também não estaria amadurecido. Hoje sim já há uma proposta do Governo sobre a revisão administrativa pelo que se deve começar a discuti-la pois futuramente se irá ter oportunidade de também a discutir na Assembleia Municipal. Em qualquer altura quem quiser ter a iniciativa de propor o debate está a vontade, pois de acordo com o regimento pode propor a sua discussão. A iniciativa tanto pode partir da Mesa, como pode partir de qualquer Senhor Deputado e portanto a Mesa da Assembleia estará sempre recetiva a introduzir como ponto de ordem de trabalhos uma discussão desse tipo.



ra, não foi aprofundada, apenas se falou da perda significativa de população. É verdade que em dez anos o Concelho de Manteigas perdeu população, mas também não se sabe o futuro, se se vai estancar ou não a desertificação do Concelho de Manteigas. Está-se a fazer de tudo para estancar a desertificação. A medida que foi iniciada pelo Executivo anterior, de criar benefícios fiscais, também não devia servir só para a sediação no concelho de domicilio fiscal. Deveria servir também para a sediação aqui das pessoas que passassem a residir no Concelho. Disse que há pelo menos uma empresa, existente em Manteigas, de um casal jovem que está cá e vai começar a trabalhar, aliás já está a trabalhar. Há uma outra empresa, também, que provavelmente se irá instalar de gente que não está cá, que não está em Manteigas, e vai aqui exercer aqui a sua atividade comercial. E curiosamente são os de fora que estão a ver em Manteigas um território que começa a ter algumas oportunidades.

Conselhos Municipais da Juventude, tem razão a Senhora Deputada ao dizer que ainda não há Conselhos Municipais da Juventude, pois foram assim tão dinamizados no passado, que agora tem que haver nova legislação.

Falou também na Associação Europeia dos Eleitos Locais e a sua designação é a Associação dos Municípios de Montanha. Disse que já em tempos conheceu esta Associação, e do ponto de vista funcional, não andava muito bem. A Câmara Municipal não recebeu nenhuma comunicação, mas irá procurá-la. Tem conhecimento que os Municípios de montanha que participavam nesta Associação, eram o Município da Guarda, o de Seia e o de Almodôvar. Curiosamente era o Senhor Presidente da Câmara de Almodôvar que presidia ao grupo português dos eleitos dos Municípios de Montanha. O Município de Manteigas porventura também participava mas não está seguro.

Aumentos do prazo de pagamento: é natural Senhora deputada que aumentem. A Câmara tem faturas de centenas de milhares de euros e vai-as pagando aos poucos. Não se pode pagar tudo de uma vez e vai-se pagando aos poucos; alguma coisa fica para trás. Naturalmente, não se pode pagar faturas de setecentos e onze mil euros de uma vez, tem de se negociar o pagamento. Portanto vão ainda alargar-se mais os prazos de pagamento.

Aproveitou também para responder ao Senhor Deputado, no que diz respeito ao registo das faturas e do registo dos documentos. Acontece agora que este relatório traz de facto uma referência à atividade contabilística da Câmara como estando já, neste momento, a entrar em conformidade como devia ser, porque havia muitos documentos por registar e se o Senhor Deputado visse o relatório do ano passado via de certeza absoluta uma chamada de atenção da Senhora do ROC que dizia que era preciso ter atenção ao registo dos documentos, registá-los atempadamente. Agora está já está a ser feito como deve ser.

Relativamente ao Museu perguntou como é que está a divergência? Mas qual divergência! Não sabe qual é a divergência, pois enquanto Presidente da Câmara tem a sua opinião. Foi levado o processo à Câmara, um processo que foi votado por maioria, foi aprovado um protocolo que foi remetido à Direção do Centro Cultural de Santa Maria e até agora, de facto, ainda não houve



nenhuma resposta. Já foi oficiada a Direção do Centro perguntando-lhe como é que está a assinatura do protocolo. Não existe nenhuma divergência em relação ao Senhor Presidente da Assembleia, cada um tem a sua opinião. Eu tenho a minha opinião, ele tem a dele.

Falou o Senhor Deputado Nuno Soares que havia uma dissonância entre o relatório da ROC e as afirmações produzidas. Não vê essa dissonância, porque o relatório da ROC aponta aqui para um funcionamento que neste momento era diferente de há um ano atrás; mas não se tenha a menor dúvida, completamente diferente em termos de registos contabilísticos, em termos de funcionamento da contabilidade. Não há montes de faturas, neste momento, nos gabinetes técnicos, à espera de revisão por parte dos técnicos; não há montes de faturas da contabilidade à espera de serem registadas, ou numa gaveta ou debaixo dos papéis, não há. Os documentos chegam e são registados na hora, porque só assim é que se tem a consciência clara daquilo que se deve e dos compromissos que possam ser assumidos.

Qual o impacto económico-financeiro do BTT? Afirmou que em termos de impacto económico, exatamente de novecentos a mil pessoas, que já visitaram o Concelho este ano, nas provas de BTT, deixaram impacto económico de certeza absoluta. Financeiro? Quando se finalizar todas as provas de BTT, se verá quais foram os custos, embora eles estejam nos documentos da Câmara. Mas irá fazer-se o cálculo com todos os custos. O impacto económico, o retorno económico, já se nota. Então não se vê que o Concelho está cheio durante alguns fins de semana, com pessoas a dormirem e a comerem em Manteigas, com pessoas a fazerem fila nos restaurantes, não se nota que há impacto económico.

Festival Serra da Estrela, que contratos? Os contratos, estão descritos numa relação que é presente à Câmara e que consta nas atas.

Qual o impacto económico/financeiro do parapente? Para isto a mesma resposta do BTT, é a mesma resposta em relação ao Festival Serra da Estrela. O impacto económico é para os operadores económicos, não é a Câmara Municipal que vai ganhar com os Festivais e ou com as atividades que são desenvolvidas. A Câmara Municipal desenvolve as atividades para que os operadores económicos ganhem dinheiro. O impacto económico é para eles.

Utilização de terrenos particulares na organização do Festival. Sobre este assunto o Senhor Deputado tem toda a razão, pois quando se deu conta já se estava para além do terreno da Câmara e já se tinha limpo uma parte do terreno que não era da Câmara. Teve o cuidado de pedir desculpa pessoalmente e por escrito a quem devia pedir e tal aconteceu porque houve uma antecipação de alguém que no local foi para além do terreno. Disse ainda que a Câmara não vai conseguir marcar o terreno da Câmara, pois devia ter sido marcado quando foi comprado e o terreno foi comprado há muitos anos. Se calhar o Senhor Deputado até sabe quais eram os limites, se calhar poderá aconselhar a Câmara Municipal e como é de Sameiro e conhece bem aquele local, se calhar sabe quais eram os limites.



Revisão do PDM – Foi feito um ponto da situação anteontem na reunião de Câmara. Foi feita uma primeira avaliação na Comissão de Acompanhamento. Foram introduzidas algumas alterações e portanto o trabalho estava a ser feito. Estão a ser realizadas reuniões sectoriais com algumas Entidades, por exemplo com a agricultura, com a educação, com o Parque Natural da Serra da Estrela para afinar algumas matérias que têm a ver com cada um dos organismos que fazem parte da Comissão de Acompanhamento. Já foi contactada a Senhora Arquiteta, chefe da equipa técnica que está a fazer a revisão demonstrando a preocupação da Câmara em relação aos prazos. Foi- lhe dito que até ao final do mês de outubro teria que tudo estar pronto para ser entregue à Comissão.

Protocolo do INATEL – Há Instituições que mesmo mudando, por vezes algumas pedras, não conseguem mudar comportamentos. O último contacto que houve foi há cerca de quinze dias, em Braga, com o Senhor Doutor Vítor Ramalho e o Senhor Dr. Carlos Mamede, no sentido de ser marcada uma reunião, para de uma vez por todas, se saber qual é a sua opinião em relação ao protocolo que lhe foi submetido. Foi dito pelo Dr. Vítor Ramalho que não haveria grandes questões a colocar, mas o que é necessário é a Câmara ter uma resposta efetiva.

A Mini Hídrica do Rio já está a produzir energia, está em fase experimental, que terminará no final deste mês e já tem contrato feito. Ainda não há resultados práticos em relação à receita, mas lá para o final do ano deve haver resultados concretos em relação à receita.

Na antiga fábrica da SOTAVE houve uma intervenção da ENERAREA, a solicitação da Câmara, tendo havido uma visita ao local, com um Engenheiro Eletrotécnico de Manteigas, que está no estrangeiro, que entretanto tirou dali alguns resultados em termos de análise visual. Chamou-se a ENERAREA, que participou com a Câmara no projeto anterior e a ENERAREA está neste momento a fazer estudo. Mas desde o açude até ao local onde estava a mini hídrica não existe nada, porque o sucateiro arrancou tudo, mas há a possibilidade agora de utilizar outro sitio, até com mais viabilidade de produção e mais viabilidade de alimentação, depois da SOTAVE II, que é o projeto, que neste momento já está na Fábrica do Rio a produzir energia.

O Funicular – Em que fase é que está o projeto? Sempre ouviu dizer que o Presidente da Câmara não desistiria do teleférico Manteigas – Penhas-Douradas. O que se está a fazer é procurar financiamento, a procurar investidores, porque não é um projeto que a Câmara por si só realize sozinha. Mas ainda não há projeto.

Firma "Da Nascente" - o processo está em Tribunal por causa das faturas que estão em atraso e que não foram pagas. Não foram cumpridos os prazos. Foi feita uma proposta à Câmara Municipal, através do advogado da Firma, uma proposta indecente e inadmissível para que o pagamento das faturas vencidas começassem a ser liquidadas daqui por um ano e terminar daqui por dez, e as faturas vincendas a cento e oitenta dias de prazo de pagamento. É completamente inconcebível, cada vez que se dá uma abertura para tentar negociar alguma coisa, as propostas que vêm do outro lado são estas. Agora não é por causa dos trabalhadores e dos postos de trabalho, que a



Câmara vai deixar de receber a água, porque são muito importantes os postos de trabalho, mas em primeiro lugar estão os interesses do Município.

O projeto da envolvente ao Bairro do Outeiro? Foi o Gabinete Técnico da Câmara em conjunto com um arquiteto estagiário do PEPAL que na altura estava na Câmara, que desenharam esse projeto do Bairro do Outeiro.

O Hotel da Turiestrela - Esclareceu o Senhor deputado, que como diz o ditado "aqui é que a porca torce o rabo" porque há muito tempo que andava à espera que os Senhores Deputados perguntassem por esse projeto. Recordou que já tinha falado neste assunto lançando aqui a questão do Hotel. Também foi sua preocupação no seu primeiro mês de gestão da Câmara, com o terreno da Fonte Santa, tanto que tem escritura no seu Gabinete e também o edital que foi publicado com cláusula de reversão, mas a escritura não tem a cláusula da reversão. Há alguém responsável por isso e não foi esquecimento de certeza absoluta, nem foi a Senhora Drª. Notária que retirou essa cláusula. Alguém terá de esclarecer esse assunto. Porque isto é defraudar os interesses do Município e vamos ter de perceber como é que isso aconteceu. Ainda bem que o Senhor Deputado deu esta oportunidade para lhe dizer exatamente como está esta questão.

-----O Senhor <u>Vereador José Manuel Biscaia</u> depois de ter obtido a anuência do Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para informar que em relação às questões que foram apresentadas e relativamente aos terrenos particulares que foram limpos na Relva da Reboleira quando da realização do Festival da Serra da Estrela, foi um dos proprietários que foi contemplado com a limpeza embora não tivesse sido avisado. Mais tarde e pessoalmente o Senhor Presidente pediu-lhe desculpas e oficializou esse pedido.

-----O Senhor <u>Deputado Nuno Soares</u> lembrou ainda o Senhor Presidente que lhe terá escapado, a questão sobre a construção da estrada verde, sobre o imóvel junto ao Viveiro das Trutas, que está a ser remodelado e sobre a questão do Ministério da Saúde.

-----O Senhor Presidente da Câmara ainda sobre estas questões referiu que quanto à questão da construção da Estrada Verde, foi o Senhor Presidente da Câmara de Gouveia que falou à comunicação social sobre essa estrada no dia que passou a volta a Portugal em Gouveia. Por acaso já foi interpelado no sentido de saberem qual a ligação que tal estrada iria proporcionar. Segundo informou e disse-o para a televisão, que a estrada irá ligar os Casais de Folgosinho ao Covão da Ponte. Portanto, essa estrada é da responsabilidade da Câmara Municipal de Gouveia, naturalmente que à Câmara Municipal de Manteigas muito lhe apraz ter uma ligação dessas.

Quanto à EN 338, informou que também foi enganado e porventura pode ter enganado alguém sem querer, quando ficou satisfeito com a informação do ex-Senhor Secretário de Estado que lhe garantiu que até dezembro a EN 338 estaria em obras. Mas era até dezembro do ano passado. Depois disso é verdade que já não foi Secretário de Estado mas ainda teve alguns meses e por ter sido enganado não fez campanha eleitoral ao lado do cabeça de lista do PS.



Mas também já passou algum tempo e já foi solicitado ao Senhor Secretário de Estado atual algumas reuniões e até agora nada. Ainda não há marcações de reuniões, parece que há alguma dificuldade em reunir com as Câmaras Municipais. Portanto, o projeto já existia, embora não concordando com o projeto existente porque a proposta final era para alargar onde fosse possível alargar, e há zonas onde não é possível alargar. É possível criar condições de qualidade para passarem dois autocarros um pelo outro. Está a aguardar a marcação da reunião para poder trazer notícias e verá se de facto agora não o enganam.

Sobre o imóvel do Centro de Interpretação do Vale Glaciar, está registado em nome da Câmara, e é verdade que quando foi registado em nome da Câmara, a condição era para alargamento da estrada. Foi colocada esta questão e vai ter de se voltar a colocar, porque o Senhor Secretário de Estado anterior comprometeu-se a resolver a questão e mandaram-no embora antes disso. Mas espera-se que chegue a bom termo.

No que diz respeito ao Ministério da Saúde, não conhece nenhuma questão que tenha sido colocada pelo Ministério da Saúde. Se o Senhor Deputado quiser esclarecer melhor.

------ O Senhor <u>Deputado Nuno Soares</u> esclareceu que começando exatamente por essa parte e não tendo o documento presente que lhe foi entregue pelo Ministério da Saúde, onde constava basicamente um pedido feito à Câmara para que a Câmara contrapusesse, o que achasse por conveniente nesse processo.

Comunicou ainda da sua participação como membro do trabalho realizado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. No dia sete de julho participou numa reunião realizada na Casa de Cristo Rei, onde foi feito um balanço da participação da CPCJ de Manteigas no Encontro Nacional e do projeto-piloto que foi apresentado na última sessão da Assembleia Municipal, e também no dia um de setembro na reunião realizada, cujo ponto principal foi a preparação da comemoração do aniversário da Convenção dos Direitos da Criança.

E nada mais havendo a tratar, o S	enhor Presidente da Assembleia deu a sessão por
encerrada sendo cerca das vinte e duas horas	s e trinta minutos. Desta sessão foi lavrada a presen-
te ata que, depois de lida e aprovada, vai se	r assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e
pelos Senhores Secretários da Mesa	
O Presi	dente da Mesa
	uel de Lemos Santos
O 1º Secretário	O 2º Secretário
Albino Saraiva Cardoso	Maria do Carmo Massano L. de Carvalho